



AJUSTE DIRETO

EMPREITADA:

“INFRESTRUTURAS DE ELETRICIDADE E
TELECOMUNICAÇÕES – AMPLIAÇÃO DO PARQUE
EMPRESARIAL DE MOGUEIRAS”

Valor Base: 23.128,50 €

RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

(artigo 148º do CCP)

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 148.º do CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP), aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, aos 10 dias do mês de agosto de 2017, reuniu nas instalações desta Entidade, sita no edifício dos Paços do Concelho, o júri do procedimento, designado para o concurso público da " INFRESTRUTURAS DE ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES – AMPLIAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE MOQUEIRAS ", a fim de se proceder à elaboração do Relatório Final.

Em tempo oportuno, o Júri procedeu à apreciação das propostas e, em função da aplicação dos critérios que haviam sido fixados, propôs a ordenação das mesmas, para efeitos de adjudicação, conforme resulta do Relatório Preliminar (Anexo I), enviado a todos os Concorrentes, para efeitos de Audiência Prévia, nos termos previstos dos artigos 147.º e 123.º, do CCP.

Foi apresentada pronúncia relativa em sede de audiência prévia em relação àquele documento pela Concorrente n.º 1 – Electro-Minho , Lda. (Anexo II).

2. QUESTÕES SUSCITADAS EM AUDIÊNCIA PRÉVIA

Na sua pronúncia o concorrente **Electro-Minho, Lda**, refere que todos os documentos foram assinados digitalmente. Solicita o concorrente **Electro-Minho, Lda**, que os documentos da sua proposta fossem novamente analisados.

Após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri verificou que os mesmos não estão assinados eletronicamente, de acordo com o art.º 54.º da Lei 96/2015, o concorrente não assinou os documentos individualmente antes de efetuar o upload para a plataforma, apenas assinou eletronicamente o upload dos documentos.

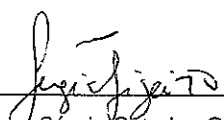
3. CONCLUSÃO

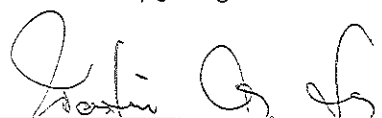
Face ao acima retratado, o Júri, por unanimidade, decide não acolher nenhuma das questões apresentadas na pronúncia submetida pelo concorrente **Electro-Minho, Lda**, mantendo o teor e conclusões do Relatório Preliminar, e propor a adjudicação, ao concorrente **JOAO CERQUEIRA PEREIRA LDA.**, pelo valor de **20.364,85 €** (Vinte mil trezentos e sessenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos), não incluindo p imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

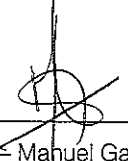
E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrado a presente relatório, que depois de lido e confirmado vai ser assinado pelos membros do júri.

Paços do Concelho, 10 de agosto de 2017

O JÚRI DO PROCEDIMENTO,


(Presidente do Júri – por Sêrgia Catarina Gonçalves Fernandes Araújo Ligeiro)


(Membro suplente -1º vogal – Faustino Gomes Soares)


(Membro efetivo – 2º vogal – Manuel Gaspar Soares Cerqueira)



AJUSTE DIRETO

EMPREITADA DE:

“INFRAESTRUTURAS DE ELETRICIDADE E
TELECOMUNICAÇÕES – AMPLIAÇÃO DO PARQUE
EMPRESARIAL DE MOGUEIRAS”

Valor Base: 23.128,50 €

RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

(artigo 122º do CCP)

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezassete, reuniu o júri do procedimento designado por deliberação da Câmara Municipal, datada de 12/06/2017, para o ajuste direto de "INFRESTRUTURAS DE ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES - AMPLIAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE MOGUEIRAS", composto por Sêrgia Catarina Gonçalves Fernandes Araújo Ligeiro, que presidiu, Luís Manuel de Figueiredo Duarte de Macedo e Manuel Gaspar Soares Cerqueira, que secretariou, a fim de se proceder à apreciação e análise das propostas e elaborar o Relatório Preliminar com a ordenação das mesmas.

O preço base do concurso é de 23.128,50 € (Vinte e três mil cento e vinte e oito euros e cinquenta cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

As propostas patentes ao concurso são as constantes no quadro seguinte:

Quadro 1 – Propostas e concorrentes presentes a concurso

Ordem	Dia/hora	Concorrente	Valor da proposta
1	22-07-2017 13:44:58	Electro-Minho, Lda.	22.955,80 €
2	21-07-2017 18:04:12	JOSE FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA.	21.818,65 €
3	22-07-2017 13:44:58	JOAO CERQUEIRA PEREIRA LDA	20.364,85 €

O critério estabelecido para a adjudicação é o do mais baixo preço, atendendo ao disposto no artigo 74.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro

O Júri analisou as propostas apresentadas, tendo deliberado, por unanimidade, propor a admissão/exclusão das seguintes propostas pelos motivos e com os fundamentos a seguir indicados:

Proposta n.º 1, Electro-Minho, Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 22.955,80 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (23.128,50 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade, no entanto, não cumprem formalmente o exigido no n.º 6 do artigo 10.º do convite circular, pelo que a proposta é excluída.

Proposta n.º 2, JOSE FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 21.818,65 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (23.128,50 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 10.º do convite circular, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 3, JOAO CERQUEIRA PEREIRA LDA.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 20.364,85 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (23.128,50 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 10.º do convite circular, pelo que a proposta é admitida.

Apresenta-se o seguinte quadro de concorrentes admitidos e excluídos:

Quadro 2 – Propostas e concorrentes admitidos e excluídos

Proposta n.º	Denominação do Concorrente	Admissão/exclusão das propostas para análise
1	Electro-Minho, Lda.	EXCLUÍDA
2	JOSE FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA.	ADMITIDA
3	JOAO CERQUEIRA PEREIRA LDA	ADMITIDA

Assim, o Júri procedeu à seguinte ordenação das propostas admitidas:

Ordem	Proposta N.º	Concorrente	Preço
1.º Classificado	3	JOAO CERQUEIRA PEREIRA LDA	20.364,85 €
2.º Classificado	2	JOSE FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA.	21.818,65 €

Em face da ordenação das propostas que foram objeto de análise pelo júri do procedimento, delibera o mesmo, por unanimidade, propor adjudicação à empresa JOAO CERQUEIRA PEREIRA LDA, pelo valor de 20.364,85 € (Vinte mil trezentos e sessenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Nos termos do disposto no artigo 123º do CCP, deverá proceder-se à audiência prévia dos concorrentes.

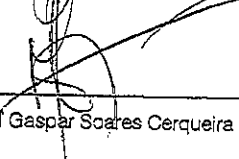
E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrado a presente relatório, que depois de lido e confirmado vai ser assinado pelos membros do júri.

Paços do Concelho, 1 de agosto de 2017

O JÚRI DO PROCEDIMENTO,


(Presidente do Júri – por Sónia Catarina Gonçalves Fernandes Araújo Ligeiro)


(Membro efetivo - 1º vogal – Luís Manuel de Figueiredo Duarte de Macedo)


(Membro efetivo – 2º vogal – Manuel Gaspar Soares Cerqueira)

Dados Gerais

Referência do Procedimento: PO 238/2017
Descrição: Infraestruturas de eletricidade e telecomunicações - Ampliação do Parque Empresarial de Mogueiras
Da Entidade: Electro-Minho, Lda.
Utilizador: JOSÉ DOMINGOS NUNES DE SOUSA
Data da Mensagem: 8 Dias atrás (02-08-2017 10:49:14(UTC) Dublin, Edinburgh, Lisbon, London (GMT Horário de Verão))
Destinatários: Município de Arcos de Valdevez:
Referência: PT1.MSG.640073
Tipo: Objecções
Assunto: Relatório Preliminar

Assinado por
AUGUSTO JOSE
GONCALVES DE
PASSOS CANAO
02-08-2017 09:48
em (UTC)
utilizando DigitalSign
Qualified CA - G2
(Valid)

Corpo da mensagem

Bom dia,

Analizamos o relatório preliminar e constatamos que a n/ proposta foi excluída, segundo o mesmo por não cumprir formalmente o exigido no nº 6 do artigo 10º do convite circular, que diz:

*6 - Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, mediante certificados de assinatura eletrónica qualificada

6.1 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante"

Solicitamos que analisem novamente a n/ proposta e respetivos documentos e revoguem a v/ decisão, pois todos foram assinados digitalmente, pelo sócio-gerente Sr. Augusto José Gonçalves de Passos Canão, que tem poderes para o ato e está diretamente relacionado com o certificado digital.

Cumprimentos

Domingos Sousa

Electro-Minho

, ou seja devido à falta de assinatura digital

